

Art. 5º - O descumprimento do disposto nesta Lei, pelos servidores públicos, lotados no cargo de carreira de Fiscalização Tributária do Município de Ponta Porã/MS, incidirá a abertura de processo administrativo disciplinar nos moldes da Lei Complementar n. 121/2014.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã/MS, 28 de dezembro de 2015.

**LUDIMAR GODOY NOVAIS**  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**“Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 072 de 24 de fevereiro de 2010 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências”.**

**O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:**

**Art. 1º.** O artigo 266, da Lei Complementar nº. 072 de 24 de fevereiro de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 266. A Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte pela administração pública, postos à sua disposição, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.*

*§1º. O fato gerador da Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo, para o exercício de 2013 ocorrerá no dia 01 de abril, nos demais exercícios será no dia 01 de janeiro.*

*§2º. A Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de lixo não incide onde os serviços não forem prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município e incidirá sobre cada edificação beneficiada pelo serviço.*

**§3º- REVOGADO**

**Art. 2º.** O artigo 268, da Lei Complementar nº. 072 de 24 de fevereiro de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 268. A Taxa de Serviço de Coleta, Remoção e Destino Final do Lixo será calculada, para cada imóvel, através de rateio do custo total da respectiva atividade pública específica, considerando a edificação existente no imóvel e sua destinação, na forma determinada no anexo único, desta Lei.*

**Parágrafo único.** Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos na prestação do serviço de coleta e de remoção de lixo, tais como:

- I - Custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;
- II - Custo operacional: água, luz, telefone, manutenção de veículos, combustível e outros;
- III - Custo de equipamento: carro, caminhão compactador, caçamba, contêineres camionete, carrinho de mão e outros;
- IV - Custo de material: vassoura, pá, luva, capacete, bota, uniforme, material de higiene e de limpeza e outros;
- V - Custo de manutenção: peça, conserto, conservação, restauração, lavagem, lubrificação, lanternagem, pintura, locação, assessoria, consultoria, treinamento e outros;
- VI - Custo de expediente: informática, mesa, cadeira, caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;
- VII - Demais custos.

**Art. 3º.** Fica autorizado o executivo municipal a firmar convênio de arrecadação da respectiva taxa com a concessionária de serviços de saneamento básico (SANESUL), ou outras da iniciativa privada, desde que escolhidas por processo de Licitação Pública, ocorrerá conforme TL – Tabela de Lançamento estabelecida, através de Decreto, pelo Chefe do Executivo.

**Art. 4º.** Fica revogado o parágrafo 3º do art. 266 e o inciso III do artigo 268, e demais disposições em contrário.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário em especial a Lei Complementar nº. 096 de 10 de maio de 2013.

Ponta Porã-MS, 28 de dezembro de 2015.

**Ludimar Godoy Novais**

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2015**

**I- Imóveis residenciais:**

IMOVEIS MT <sup>2</sup>	VALOR MENSAL EM UFPP POR METRO QUADRADO
Até 1000 MT <sup>2</sup>	0,1212

**II- Imóveis comerciais, industriais em geral, siderúrgicas, frigoríficos, abatedouros, laticínios e derivados:**

IMOVEIS MT <sup>2</sup>	VALOR MENSAL EM UFPP POR METRO QUADRADO
Até 1000 MT <sup>2</sup>	0,1299

Ponta Porã-MS, 28 de dezembro de 2015.

**Ludimar Godoy Novais**  
**Prefeito Municipal**

**LEI Nº 4.160, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Autoriza o Município de Ponta Porã a parcelar os débitos de contribuição previdenciária para com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã - PREVIPORÃ e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica autorizada o Poder Executivo a parcelar os débitos de contribuição previdenciária apurado na Notificação Administrativa n. 001/2015, correspondente ao montante de R\$ 12.462.514,94 (Doze milhões quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos), relativo ao alongamento da confissão de dívida descrita nos termos CADPREV n. 00053/2011 e CADPREV n. 00115/2012 e ainda aos débitos de natureza de contribuição previdenciária de origem patronal, apuradas no exercício de 2015, tudo de conformidade com as regras da Portaria MPS n. 402/2008, nos termos abaixo:

I – 60 (Sessenta) prestações mensais e consecutivas, se relativas às contribuições devidas pelo Município;

II – a primeira parcela terá vencimento até no máximo último dia do mês subsequente e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes;

III – o cálculo para apuração das parcelas proceder-se-á através da atualização do valor do saldo devedor, pelo índice mencionado no artigo 2º, dividindo-se pelo número de parcelas pactuadas, as demais serão atualizadas pelo mesmo critério, tendo como base o valor da primeira parcela;

IV – em havendo atraso no pagamento de quaisquer parcelas, fluirá correção monetária, juros de mora de 1% ao mês, e multa de 0,5% sobre o valor da parcela em atraso, desde a data do vencimento até o mês de pagamento.

V – REPARCELAMENTO: Os termos de parcelamentos já firmados anteriormente poderá ser reparcelados de acordo com as regras da Portaria MPS n. 402/2008 e suas alterações, onde terá seus índices de correção e encargos para atualização do saldo devedor ser de acordo com os definidos nesta Lei.

**Art. 2º** - Para a consolidação do montante, sobre o valor indicado no *caput*, do artigo 1º, visando garantir o equilíbrio atuarial previsto no artigo 40 da Constituição Federal, para pagamento das prestações vencidas e vincendas, incidirá Correção monetária, pelo índice oficial de atualização e taxa de juros (INPC + Juros de 1% ao mês).

**Art. 3º** - As despesas com a execução desta lei correm por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos anuais, suplementadas, se necessária.

**Art. 4º** - Os valores consolidados deverão ser atualizados pelos encargos previsto no artigo 2º, inclusos em confissão de dívida, com acordo de parcelamento e podendo o Poder Executivo efetuar a baixa contábil em 31.12.2015, relativo ao montante autorizado nesta Lei.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 28 de dezembro de 2015.

**Ludimar Godoy Novais**  
**Prefeito Municipal**

**LEI Nº. 4.152 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*“Dispõe sobre a doação de bem imóvel de propriedade do Município de Ponta Porã-MS e dá outras providências.”*

**Autor:** Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei: